



## A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA COMO DIMENSÃO FUNDAMENTAL EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR: REFLEXÕES E DESAFIOS

**Marina Menezes**

Universidade Federal de Santa Catarina  
menezesmarina@yahoo.com.br

### Resumo

Esta resenha crítica discute o papel relevante da extensão universitária como dimensão fundamental e comprometida com uma educação superior pública, inclusiva e democrática. Realizou-se uma análise reflexiva dos debates construídos no 52º Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) que constituíram a Carta de Goiânia. Os principais temas abordados na carta supracitada foram: mediação tecnológica nas atividades de extensão, relação da extensão com a cultura, relação da extensão na pós-graduação e políticas públicas para a orçamentação da extensão. Através de discussão apoiada em literatura especializada, os temas que formaram o escopo da Carta de Goiânia foram problematizados. Destaca-se a necessidade do fortalecimento e da ampliação do potencial formador da extensão universitária para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e sustentável.

**Palavras-chave:** Extensão Universitária. Ensino Superior. Formação Profissional.

## UNIVERSITY EXTENSION AS A FUNDAMENTAL DIMENSION IN HIGHER EDUCATION INSTITUTIONS: REFLECTIONS AND CHALLENGES

### Abstract

This critical review discusses the relevant role of university extension as a fundamental dimension committed to public, inclusive, and democratic higher education. A reflexive analysis was conducted on the discussions held at the 52nd National Meeting of the Forum of Pro-Rectors of Extension of Brazilian Public Higher Education Institutions (FORPROEX), which led to the creation of the Goiânia Charter. The main topics addressed in the aforementioned charter were: technological mediation in extension activities, the relationship between extension and culture, the relationship between extension and postgraduate studies, and public policies for budgeting extension. Through discussions supported by specialized literature, the themes that shaped the scope of the Goiânia Charter were problematized. The need to strengthen and expand the formative potential of university extension for building a more just, equitable, and sustainable society is highlighted.

**Keywords:** University Extension. Higher Education. Professional Education.

## LA EXTENSIÓN UNIVERSITARIA COMO DIMENSIÓN FUNDAMENTAL EN INSTITUCIONES DE EDUCACIÓN SUPERIOR: REFLEXIONES Y DESAFÍOS

### Resumen

Esta resena crítica discute el papel relevante de la extensión universitaria como dimensión fundamental y comprometida con una educación superior pública, inclusiva y democrática. Se realizó un análisis reflexivo de los debates construidos en el 52º Encuentro Nacional del Foro de Prorectores de Extensión de las Instituciones Públicas de Educación Superior Brasileñas (FORPROEX), que llevaron a la creación de la Carta de Goiânia. Los principales temas abordados en la carta mencionada fueron: mediación tecnológica en las actividades de extensión, relación de la extensión con la cultura, relación de la extensión con la posgrado y políticas públicas para la presupuestación de la extensión. A través de discusiones respaldadas por literatura especializada, se problematizaron los temas que conformaron el alcance de la Carta de Goiânia. Se destaca la necesidad de fortalecer y ampliar el potencial formativo de la extensión universitaria para la construcción de una sociedad más justa, igualitaria y sostenible.

**Palabras clave:** Extensión Universitaria. Educación Superior. Formación Profesional.



## A extensão universitária como dimensão fundamental em instituições de ensino superior: reflexões e desafios

A **Carta de Goiânia**, foi elaborada como o registro-síntese das reflexões e proposições desenvolvidas no 52º Encontro Nacional do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX), realizado presencialmente em Goiânia e organizado pela Universidade Federal de Goiás (UFG), entre 12 e 14 de dezembro de 2023. O evento reuniu pró-reitores e pró-reitoras de extensão de 93 Instituições Públicas de Educação Brasileiras (IPES) para discutir pautas alinhadas ao tema “Caminhos para a consolidação da Extensão no Brasil: reflexões e proposições”.

O documento destaca a oportunidade proporcionada pelo evento, para fomentar a construção de debates e reflexões relevantes de temas que se relacionam diretamente à extensão universitária, e que puderam ser visibilizados através de Grupos de Trabalho (GTs) formados pelos gestores e gestoras de extensão. Objetivando construir propostas para o fortalecimento da extensão universitária nas políticas brasileiras, os participantes puderam aprofundar a discussão acerca das relações entre: a) extensão e mediação tecnológica; b) extensão e a coleta nacional de dados do CENSO 2023; c) extensão e cultura; d) extensão e divulgação científica; e) extensão e políticas públicas de orçamentação; f) extensão e pós-graduação; g) extensão e participação de servidores técnicos e docentes; h) extensão e periódicos nacionais e internacionais; i) extensão e suas modalidades; e j) extensão e estratégias de comunicação.

A carta aborda, inicialmente, a Conferência de Abertura do evento, conduzida pelo Professor Luiz Fernandes Dourado (UFG), que destacou a necessidade do reconhecimento da extensão universitária como uma dimensão fundamental para qualificar e promover uma educação superior pública, inclusiva, democrática e socialmente referenciada. Em sua perspectiva, a extensão universitária necessita ter reconhecida a sua importância na formação para a cidadania e para o mundo do trabalho e, assim, promover uma construção horizontalizada e coletiva, através da troca de saberes entre academia e sociedade. Nesse sentido, tal construção pode ser obtida através da indissociabilidade com ensino e pesquisa, articulada aos aspectos político-pedagógicos que fundamentam as ações educativas, a produção, aquisição e compartilhamento de conhecimentos.

Essa construção explicitada na carta supracitada, pode ser problematizada a partir das reflexões presentes na obra **Extensão universitária: Trajetórias e desafios**, de Sandra de Deus (2020), que destaca um viés recorrente na formação universitária, que ainda necessita ser desconstruído para que o reconhecimento da extensão seja alcançado, pois: “O não compartilhamento e o descompromisso com questões sociais graves — sejam elas da Arte ou da Ciência — geram um distanciamento entre a universidade — uma instituição social e com função

## A extensão universitária como dimensão fundamental em instituições de ensino superior: reflexões e desafios

pública — e a sociedade — que, em última instância, mantém a universidade como local de formação” (p. 18).

Assim, para a consolidação da extensão universitária - perspectiva apresentada pelo Professor Luiz Fernandes Dourado em sua conferência e evidenciada na **Carta de Goiânia** - os avanços incluem a relevância da presença das IPES nos territórios que constituem contextos de atividades extensionistas, além da adoção de processos de avaliação que contenham dimensões diagnósticas, inclusivas e emancipatórias, bem como a valorização pluriepistemológica, e a garantia da diversidade de saberes, de reconhecimento e de pertencimento.

Corroborando tal concepção, Freire (2015) destaca que, a relação construída no trabalho extensionista, não se constitui pela lógica reducionista de posições como “adiante”, “sobre”, ou “para”, mas através da consolidação do processo relacional em uma perspectiva “com”, que assegure a cada sujeito implicado na ação, participar ativamente da mudança. Dessa forma, o autor defende o diálogo que promove a problematização, possibilitando que a atividade, tanto para o extensionista, quanto para o sujeito externo à universidade, tenha a mesma significação.

Entre os temas discutidos no evento, a **Carta de Goiânia** destaca a **mediação tecnológica nas atividades de extensão**, cujo debate reconheceu e evidenciou o papel das tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento da extensão, contudo, a acessibilidade, o processo de inclusão e a cidadania digital, além de precários, mostram-se desiguais no Brasil. Desse modo, destacou-se que a dialogicidade deve garantir a participação e a bidirecionalidade nas atividades mediadas. A discussão entre gestores e gestoras mobilizou a deliberação pela defesa da Nota Técnica emitida pela diretoria do FORPROEX e apresentada ao Conselho Nacional de Educação (CNE), do Parecer de Alteração nº 576/2023 que prevê mudanças nas Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária. Porém, a carta destaca que o parecer indicou a imposição de limites às atividades de extensão, aspecto que fere a autonomia das IPES.

Acerca desse debate, o enfoque elaborado por Silva e Rodrigues (2023), refere que a IPE necessita ampliar as discussões relacionadas à “apropriação das tecnologias digitais nas vivências acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão, sob o risco de descolar-se da contemporaneidade no espectro dos ganhos decorrentes da transformação digital na sociedade” (p.13). Para os autores, o campo da extensão universitária necessita definir o que distingue a ocupação de espaços digitais, com o que é produzido nas atividades de extensão (como as mídias sociais), das outras representações gráficas utilizadas na socialização do conhecimento científico.

A **Carta de Goiânia** também enfatiza a **relação da extensão com a cultura**, cuja discussão sublinhou a importância de fortalecer a interação interinstitucional, a participação em

## A extensão universitária como dimensão fundamental em instituições de ensino superior: reflexões e desafios

fóruns e comitês de gestão cultural, bem como a garantia de recursos e acesso a editais de fomento voltados ações culturais. A esse respeito, Arruda (2010, p.13) destaca que o dilema da área de cultura e extensão decorre da “dificuldade de pensá-la para além da estreita divulgação e da simples prestação de serviços e de atendimento de demandas, mas, em especial, da necessidade de distingui-la do domínio do mercado”. Para Pedrazzi e Yamamoto (2013) as atividades de cultura e extensão compõem um processo que articula o ensino e a pesquisa, fomentando a interação transformadora entre a universidade e a sociedade, enriquecendo o processo pedagógico e favorecendo a difusão do saber acadêmico, de modo a contribuir para a participação da comunidade na vida acadêmica.

Outro tema de destaque no documento supracitado, se refere à **extensão na pós-graduação**, com o enfoque na necessidade de aperfeiçoamento dos processos formativos e avaliativos nos programas de pós-graduação. A importância do avanço no diálogo com a CAPES foi evidenciada especificamente com a criação do Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (PROEXT-PG), através da Portaria Conjunta CAPES/SESU nº 01, de 8 de novembro de 2023. A fim de fortalecer a agenda da extensão na pós-graduação, a carta apresenta a proposta de realização de um seminário entre pró-reitores de pesquisa das IPES e a Associação de Pós-Graduandos (APG).

Essa concepção, na perspectiva de Carletto, Farago e Crisostimo (2017), aponta para uma educação transformadora, em que o conhecimento produzido na pós-graduação se desenvolve através da problematização da realidade e do diálogo com as demandas sociais, na busca do entendimento para o manejo da sua diversidade. Segundo os autores, essa perspectiva deve sustentar a comunicação entre universidade e sociedade, uma vez que o conhecimento produzido pelas pesquisas acadêmicas, pode subsidiar a problematização das ações extensionistas, explicitando suas intencionalidades.

No âmbito das **políticas públicas para a orçamentação da extensão**, foram debatidas propostas para a criação de programas interministeriais, a partir de agendas do governo, cuja constituição se apoia nos princípios de interdisciplinaridade e interprofissionalidade, em consonância com a Política Nacional de Extensão. O debate também se estendeu para a elaboração de um projeto de lei nacional que assegure o financiamento sustentável da extensão no Brasil. Dessa forma, a necessidade de maximizar a racionalidade dos recursos públicos para o desenvolvimento de territórios com a participação das IPES, e de implementar políticas públicas que visem superar as desigualdades e fortalecer a democracia, representam importantes desafios para a extensão universitária.

## A extensão universitária como dimensão fundamental em instituições de ensino superior: reflexões e desafios

Em que pese, a extensão universitária, enquanto responsabilidade social, faz parte de uma nova cultura, cuja mudança no ambiente acadêmico e corporativo tem sido significativa. O desenvolvimento de parcerias entre o poder público, empresas, organizações não-governamentais e voluntários poderá proporcionar alcance e abrangência aos projetos sociais, assegurando sua manutenção para o enfrentamento dos desafios a partir de uma relação dialógica entre universidade e comunidade (CARBONARI; PEREIRA, 2007).

A **Carta de Goiânia** apresenta ainda um conjunto de encaminhamentos para orientar as ações futuras e o diálogo com o poder público do estado, como: a) inserção das IPES em editais com interface nas áreas da Política Nacional de Extensão; criação de programas interministeriais nacionais de pesquisa e extensão; b) articulação política para que o Programa de Extensão Universitária (PROEXT) seja retomado; c) criação de programas para a consolidação da interlocução entre FORPROEX – gestores de extensão – governos estaduais e municipais; d) articulação das IPES com políticas públicas que defendam a autonomia universitária através de relação pautada em ações de extensão que sejam guiadas pelo princípio de indissociabilidade do ensino e pesquisa; e) criação de um Fundo de Desenvolvimento da Extensão na Educação Superior (FINEX) que financie e apoie as ações de extensão do ensino superior, com fontes orçamentárias públicas e privadas; f) defender a necessidade do estado brasileiro (federal, estadual e municipal) assumir suas responsabilidades (no cumprimento dos dispositivos constitucionais) com a orçamentação dos projetos pedagógicos reformulados pela inserção da extensão; g) melhorar a coleta de dados da extensão do CENSO 2023, com a inclusão de novos campos censitários e com a criação de equipe para acompanhar a coleta de dados e os recenseadores; h) defender a participação de servidores técnicos como protagonistas das ações de extensão, bem como reconhecer os limites desse protagonismo – empreendendo esforços para articulação de alterações legais junto a Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos das IPES, viabilizando essa participação; i) recomendar a comunicação com a comunidade como estratégia principal das ações de extensão, através da diversificação de linguagens e valorização das tecnologias digitais; e j) criação de editais específicos de cultura digital, a fim de ampliar as equipes especializadas em comunicação e mídias, para a consolidação do processo de comunicação das instituições.

O texto da **Carta de Goiânia** finaliza indicando a importância das discussões que emergiram do esforço conjunto em prol da visibilização dos avanços e conquistas da extensão universitária, bem como das áreas que necessitam de maior investimento para lidar com os desafios que persistem. O compromisso da universidade, por meio dos gestores, docentes e estudantes, conjuntamente à comunidade, pode produzir interações capazes de provocar

A extensão universitária como dimensão fundamental em instituições de ensino superior: reflexões e desafios

transformações. Destarte, a construção coletiva do conhecimento abre passagem para a adoção de abordagens cada vez mais sustentáveis, integradas e inclusivas, uma vez que, ao qualificar e estimular a cidadania e a diversidade cultural, a extensão universitária poderá promover justiça social.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Arminda do Nascimento. Políticas públicas de cultura e extensão universitária. **Revista de Cultura e Extensão USP**, São Paulo, v.4, p.9-14, Out. 2010. DOI 10.11606/issn.2316-9060.v4i0p9-14. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9060.v4i0p9-14>

CARBONARI, Maria; PEREIRA, Adriana. A extensão universitária no Brasil, do assistencialismo à sustentabilidade. São Paulo, Set. 2007. Base de dados do Anhanguera. Disponível em: <http://www.sare.unianhanguera.edu.br/index.php/reduc/article/viewArticle/207> . Acesso em: 10 abr. 2024.

CARLETTTO, Marcia Regina; FARAGO, Paulo Vitor; CRISOSTIMO, Ana Lucia. A identidade da extensão universitária na pós-graduação. *In*: CRISOSTIMO, Ana Lucia; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto (org.). **A extensão universitária e a produção do conhecimento: caminhos e intencionalidades**. Guarapuava: Ed. da Unicentro, 2017, p. 81-101.

DEUS, Sandra de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. – Santa Maria, RS: Ed. PRE-UFSM, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/bitstream/handle/1/26144/EBOOK%20%20Sandra%20de%20Deus%20-%20Extens%c3%a3o%20Universit%c3%a1ria.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 10. abr. 2009.

FORPROEX - Fórum de Pró-reitores e Pró-reitoras de Extensão das Instituições Públicas Educação Superior Brasileiras. **Carta de Goiânia - 52º Forproex**. Goiânia: Universidade Federal de Goiás, 2023. Disponível em: <https://proec.ufg.br/n/177683-carta-de-goiania-52-forproex> . Acesso em: 10 abr. 2024.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 17. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

PEDRAZZI, Vinicius; YAMAMOTO, Marina Mitiyo. A necessidade de ações articuladas na cultura e extensão. **Revista de Cultura e Extensão USP**, São Paulo, v.10, p. 43-50, Nov. 2013. DOI 10.11606/issn.2316-9060.v10i0p43-50. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9060.v10i0p43-50>

SILVA, Raphael de França e; RODRIGUES, Luiz Alberto Ribeiro. Uso de tecnologias digitais na mediação da extensão universitária, **Revista de Extensão da Universidade de Pernambuco - REUPE**, Pernambuco, v. 8 n. 2, p. 11–19, Nov. 2023. DOI 10.56148/2675-2328reupe.v8n2.373.pp9-15. Disponível em: <https://doi.org/10.56148/2675-2328reupe.v8n2.373.pp9-15>

Recebido em: 16/04/2024

Acceto em: 22/04/2024

## ANEXO



Sob a organização da Universidade Federal de Goiás (UFG), as pró-reitoras e os pró-reitores de extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (IPES) reuniram-se, presencialmente, no Campus da UFG, em Goiânia-GO, de 12 a 14 de dezembro de 2023, para discutir pautas relacionadas ao tema **“Caminhos para a consolidação da Extensão no Brasil: reflexões e proposições”**, no 52º Encontro Nacional do Forproex.

Neste encontro, gestores e gestoras da extensão de 93 IPES debruçaram-se, em diferentes Grupos de Trabalho, constituídos no âmbito do Forproex, sobre os seguintes temas: GT1- Extensão executada com mediação tecnológica; GT2- preparação da Coleta Nacional de dados de 2023 (Censo); GT3- Relação da Extensão com a Cultura; GT4- Extensão e divulgação científica; GT5- Projeto de Lei para orçamentação da Extensão; GT6-Proposição de programas interministeriais para execução da extensão; GT7-Extensão na pós-graduação; GT8- Participação dos servidores técnicos e docentes nas ações de extensão; GT9- Periódicos nacionais e internacionais de extensão; GT10- Modalidades de extensão; GT11- Estratégias de comunicação.

O Fórum iniciou suas atividades ressaltando a importância de proposituras sólidas para a consolidação da extensão universitária nas políticas brasileiras. Contando com as presenças da reitora e da pró-reitora de extensão e cultura da UFG, da presidência do Forproex, bem como das associações Andifes, Abruem e Conif, a abertura do evento foi marcada pela defesa da extensão como qualificadora da educação superior pública, popular, gratuita e inclusiva, democrática e socialmente referenciada.

Na Conferência de Abertura, o Professor Luiz Fernandes Dourado (UFG) analisou a importância da Extensão como prática social, histórica e educativa, interagindo com as diferentes realidades, e destacou a sua importância na formação para a cidadania e o mundo do trabalho. O conferencista focalizou a indissociabilidade articulada aos aspectos político-pedagógicos que embasam as ações educativas entre produção, aquisição e partilha de conhecimentos, fundamentais na perspectiva de uma construção horizontalizada e coletiva.

Na consolidação da extensão, Dourado destacou os avanços nos processos de avaliação em dimensões diagnósticas, inclusivas e emancipatórias. Além disso, reforçou a importância da presença das IPES nos territórios, a valorização da pluriepistemologia, da garantia da diversidade, do reconhecimento e pertencimento de fazedores de outras comunidades de saberes.

No debate sobre a mediação tecnológica nas atividades de extensão, os gestores e as gestoras, durante o evento, deliberaram pela defesa da Nota Técnica emitida pela diretoria do Forproex e apresentada ao CNE, relativamente ao Parecer de Alteração nº 576/2023 que prevê mudanças nas Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária. O Fórum reconhece e valoriza o papel das tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento da extensão, porém observou a precariedade da inclusão e da cidadania digital no Brasil e destacou o princípio inexorável da dialogicidade, sob a qual a participação- intervenção e a bidirecionalidade estejam efetivamente assegurados nos processos mediados. Ressaltou, porém, que a imposição de limites para as atividades de extensão, previsto no parecer supracitado do CNE, fere a autonomia das instituições, prerrogativa garantida pela Constituição Federal.

No âmbito da relação da Extensão com a Cultura, o Fórum defendeu o fortalecimento da articulação e da interação interinstitucional nas ações de interface entre extensão e cultura, bem como a ampliação da

## A extensão universitária como dimensão fundamental em instituições de ensino superior: reflexões e desafios

participação nos comitês e fóruns de gestão cultural. Ressaltou, neste sentido, a busca pela garantia de recursos e acesso a editais de fomento à cultura.

Sobre a Extensão na Pós-graduação, o Forproex destacou, a necessidade de aperfeiçoamento dos processos formativos e avaliativos nos Programas de Pós-graduação, e, neste contexto, do fortalecimento da extensão como prática acadêmica, incentivo à produção da extensão por docentes no ensino superior e responsabilidade dos programas de pós-graduação para com a formação de professores e professoras para atuarem no Ensino Superior. Os/As pró-reitores/as destacaram o avanço do diálogo e da aproximação com a Capes, agência que tem apresentado respostas importantes à pauta da extensão. De forma mais expressiva, evidenciaram a importância da Portaria Conjunta CAPES/SESU nº 01, de 8 de novembro de 2023, que criou o Programa de Extensão Universitária da Pós-Graduação (ProExt-PG), em resposta às demandas do Forproex. O Forproex deliberou pela realização de um seminário integrado entre o fórum dos/das pró-reitores/as de extensão com o Foprop (Fórum Nacional de Pró-reitores/as de Pesquisa e Pós-graduação das Instituições de Ensino Superior Brasileiras) e a APG (Associação dos pós-graduandos) para fortalecer a agenda da extensão na Pós-graduação.

No debate sobre o Projeto de Lei para a Orçamentação da Extensão e sobre a criação de programas interministeriais, o Fórum destacou as agendas do governo que têm se constituído em perspectiva interdisciplinar, intersetorial e transversal, portanto, no espírito dos princípios da interdisciplinaridade/interprofissionalidade preconizados na Política Nacional de Extensão. Foi debatido uma minuta de projeto de lei a ser encaminhada à Comissão de Educação a fim de se constituir como um documento-referência para o debate sobre a urgência de uma lei nacional que garanta o financiamento sustentável da extensão no Brasil.

Neste sentido, ressaltou o desafio estratégico do Estado Brasileiro para a formulação e implementação de políticas públicas interministeriais que visem a superação de desigualdades e o fortalecimento da democracia no país. É imperioso, neste contexto, a maximização da racionalidade dos recursos públicos para desenvolvimento territorial, valendo-se da efetividade da extensão como ação profícua de participação do ensino superior para a melhoria da qualidade de vida da população.

O Fórum fez vários encaminhamentos para os próximos anos, a fim de orientar suas próprias ações e o diálogo com os poderes constituídos pelo Estado Brasileiro:

1. Inserção das IPES nos editais que têm interface com as áreas da Política Nacional de Extensão;
2. Criação de um programa nacional de pesquisa e extensão no âmbito do Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação, em parceria com o Ministério da Educação e da articulação com as Fundações de Amparo à Pesquisa Estaduais (FAPs);
3. Articulações políticas para a retomada do Programa de Extensão Universitária (ProExt), criado em 2003 pela Secretaria de Educação Superior/MEC e instituído pelo Decreto 6.495, de 30 de junho de 2008;
4. Criação do Programa Universidades e Institutos sem Muros e a consolidação da interlocução do Forproex com o governo federal e dos(as) gestores(as) da extensão com os governos estaduais e municipais;
5. Fortalecimento da articulação das IPES com as políticas públicas, considerando a relação estado-universidade-sociedade e a autonomia universitária, pautada no potencial transformador das ações de extensão integradas, transversais, intersetoriais e indissociáveis do ensino e da pesquisa;
6. Proposição, ao Congresso Nacional, da criação do Fundo de Desenvolvimento da Extensão na Educação Superior (FINEX), com o objetivo de financiar e apoiar as ações de extensão na educação superior, incluindo tanto as universidades – municipais, estaduais e federais –, quanto os institutos federais focados na educação profissional, científica e tecnológica. O Fórum destacou a necessidade de o fundo se constituir a partir da diversificação de fontes orçamentárias: as governamentais, as parcerias interministeriais, o setor privado e doações, bem como a contribuição federativa;
7. Defesa, junto ao Poder Executivo e Legislativo, da necessidade de o Estado Brasileiro, nos âmbitos federal, municipal e estadual, em assumir sua responsabilidade na orçamentação dos novos projetos pedagógicos reformulados pela inserção da extensão, sob pena de descumprimento dos



## A extensão universitária como dimensão fundamental em instituições de ensino superior: reflexões e desafios

dispositivos constitucionais dos artigos 205, 207 e 212 da Constituição Federal e da Lei 13.005/2014 que estabelece o Plano Nacional de Educação.

8. Melhoria da Coleta de Dados da Extensão, ano base 2023, por meio do acréscimo de novos campos no formato censitário atual: (a) dados que contemplem a extensão no ensino médio técnico; (b) evitar a sobreposição e duplicidade de informações relativamente aos programas e demais ações extensionistas e (c) buscar a designação mais apropriada para expressar os benefícios compartilhados que a extensão proporciona à comunidade.
9. Criação de equipe que possa acompanhar o processo de Coleta de Dados da Extensão, a fim de promover ações voltadas à orientação, formação e assessoramento dos recenseadores/as;
10. Defesa da participação de servidores/as técnicos/as nas ações de extensão, evidenciando o potencial que essa categoria possui nas ações de extensão. O Fórum reconheceu o protagonismo dos técnicos e técnicas na extensão e, ao mesmo tempo, entendeu os limites da legislação acerca desse protagonismo. Neste sentido, comprometeu-se a empreender esforços para que os servidores e servidoras participem com protagonismo das ações de extensão nas IPES. Para isto, defendeu uma articulação junto à Federação de Sindicatos de Trabalhadores Técnico-Administrativos em Instituições de Ensino Superior Públicas do Brasil (Fasubra), de modo a promover as alterações normativas legais que se façam pertinentes;
11. Defesa da comunicação como elemento fundante das relações que se estabelecem com a comunidade, em valorização das tecnologias digitais. Neste sentido, recomendou a comunicação como estratégia central das ações de extensão, por meio da diversificação de linguagens;
12. Orientação para que as IPES utilizem a comunicação como estratégia central na gestão da extensão para ampliar a participação e o reconhecimento social sobre essa dimensão constitucional e sobre o papel das Instituições na transformação social;
13. Defesa de que os órgãos governamentais criem editais específicos de cultura digital que reforcem a necessidade da consolidação do processo de comunicação das instituições por meio da ampliação de equipes especializadas em comunicação e mídias.

O Fórum reiterou a defesa incondicional da autonomia das universidades (municipais, estaduais e federais), bem como dos institutos federais, além da urgência dessas instituições ampliarem seu reconhecimento sobre o papel central da extensão como operacionalizadora da indissociabilidade ensino- pesquisa-extensão. Reforçou o compromisso das pró-reitorias de extensão com as diretrizes e os princípios preconizados na Política de Extensão de modo a imprimir qualidade à educação pública, com viés popular e emancipatório, de maneira dialógica e humana no conjunto das proposições das políticas públicas e das ações que possam gerar melhorias ao ensino superior brasileiro.

Goiânia-GO, 14 de dezembro de 2023.

Fórum de Pró-reitores e Pró-reitoras de Extensão das Instituições Públicas Educação Superior Brasileiras